

**PARECER PRÉVIO TC- 116/2018 – SEGUNDA CÂMARA**

**Processo:** 05189/2017-3

**Classificação:** Prestação de Contas Anual de Prefeito

**Exercício:** 2016

**UG:** PMVA - Prefeitura Municipal de Vargem Alta

**Relator:** Domingos Augusto Taufner

**Responsável:** JOAO BOSCO DIAS, JOAO CHRISOSTOMO ALTOE

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL – PREFEITURA  
MUNICIPAL DE VARGEM ALTA – EXERCÍCIO DE  
2016 – PARECER PRÉVIO – REJEIÇÃO –  
DETERMINAÇÕES – CIÊNCIA – ARQUIVAR.**

**O EXMO. SR. CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER:**

**RELATÓRIO**

Tratam os presentes autos de **Prestação de Contas Anual de Prefeito**, relativa ao exercício de 2016, da Prefeitura Municipal de Vargem Alta, sob a responsabilidade dos Srs. João Bosco Dias e João Chrisóstomo Altoé.

O Núcleo de Controle Externo de Contabilidade e Economia – NCE elaborou o **Relatório Técnico RT 63/2018-1 e a Instrução Técnica Inicial ITI 133/2018-1**, opinando pela citação dos Srs. João Bosco Dias e João Chrisóstomo Altoé, para que apresentassem em 30 dias improrrogáveis, as justificativas acerca dos indícios de irregularidade infra mencionados, quais sejam:

**Item 2.1** Descumprimento de prazo envio da PCA. *Base legal: Art. 122, § 2º do art. 123 da Res. TC 261/2013.*

**Item 4.1.1** Abertura de créditos adicionais especiais sem fonte de recurso. *Base normativa: Art. 165, § 8º, art. 167, V da Constituição Federal e arts 7º, 42 e 43 da Lei 4.320/64; Leis Municipal 1138/2016 e 1147/2016.*

**Item 4.3.1** Apuração de déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas. *Base Normativa: artigo 1º, § 1º, c/c artigo 4º, inciso I, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/2000.*

**Item 6.1** Ausência de medidas legais para a instituição do Fundo Municipal de Saúde como Unidade Gestora. *Base normativa: Art. 14 da Lei Complementar Federal 141/2012.*

**Item 7.4.1.1** Despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres de mandato sem suficiente disponibilidade de caixa para pagamento. *Base normativa: Art. 42 e 55 da LRF.*

**Item 10.1** Ausência de medidas administrativas que viabilizassem a emissão do parecer do controle interno sobre a prestação de contas anual. *Base normativa: Arts. 135, § 4º e 138, § 3º do RITCEES; Art. 5º da Resolução TCEES nº 227/2011; Instrução Normativa TC nº 34/2015.*

Ato contínuo, a sugestão de citação dos referidos indícios de irregularidade fora acolhida pelo Secretário-Geral de Controle Externo em Decisão SEGEX 123/2018-8, tendo sido apresentadas as justificativas dos Srs. João Bosco Dias (Defesa/Justificativa 517/2018-3 em 17/05/2018) e João Chrisóstomo Altoé (Defesa/Justificativa 620/2018-8 em 30/05/2018).

Instado novamente a se manifestar, o Núcleo de Controle Externo de Contabilidade e Economia – NCE, por meio de **Instrução Técnica Conclusiva ITC 2505/2018-4**, opinou pela **emissão de parecer prévio** dirigido à Câmara Municipal de Vargem Alta, **recomendendo-se a rejeição** da prestação de contas anual do Sr. João Bosco Dias, Prefeito no exercício de 2016.

O **Ministério Público de Contas**, em Parecer 2505/2018-4 da lavra do Procurador-Geral de Contas Luciano Vieira, **anuuiu** ao posicionamento adotado pela ITC 2505/2018-4, **recomendendo a rejeição** e pugnando ainda pela expedição de determinações e recomendações ao Chefe do Executivo Municipal.

É o sucinto relatório. Passo a fundamentar.

## FUNDAMENTAÇÃO

Os presentes autos cuidam da Prestação de Contas Anual da **Prefeitura Municipal de Vargem Alta**, referente ao exercício de 2016, de responsabilidade dos Srs. João Bosco Dias e João Chrisóstomo Altoé, portanto, estamos a apreciar as “Contas de Governo”.

Verifico que o feito se encontra devidamente instruído. Observados todos os trâmites legais e regimentais, e atendidos os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, havendo, assim, aptidão ao julgamento de mérito.

A Carta Magna estabeleceu, em seu artigo 71, as normas federais relativas à “fiscalização” de competências do Tribunal de Contas da União, fazendo distinção entre apreciar e emitir parecer prévio sobre as contas do Chefe do Poder Executivo, a serem julgadas pelo Legislativo (art. 71, I) e a de julgar as contas dos demais administradores e responsáveis, entre eles, os dos órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário (art. 71, II). Tais normas são aplicadas também aos Tribunais de Contas dos Estados, conforme dispõe o artigo 75, do mesmo diploma legal.

Nesse sentido, passo a apreciar a prestação de contas em questão, para fins de emissão de parecer prévio, objetivando dar embasamento ao Poder Legislativo Municipal, competente a proceder com o julgamento das contas.

A referida Prestação de Contas foi recebida e homologada nesta Corte de Contas em 13 de abril de 2017 por meio do sistema CidadES, ou seja, intempestivamente, com fulcro no artigo 123<sup>1</sup> do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Resolução TC 261/2013.

## **1. Da Execução Orçamentária**

Depreende-se da Lei Orçamentária Anual que a receita foi estimada em R\$ 56.147.051,72, e a despesa fixada em R\$ 56.147.051,72, permitindo a abertura dos créditos adicionais suplementares até o limite de R\$ 28.073.525,86.

---

<sup>1</sup> Art. 123. As contas serão encaminhadas pelo Prefeito ao Tribunal até noventa dias após o encerramento do exercício, salvo outro prazo fixado na lei orgânica municipal.

No decorrer da execução orçamentária, constatou-se terem ocorrido aberturas de créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 21.049.756,91 e especiais de R\$ 1.212.875,85 que observaram o valor autorizado pela Lei Orçamentária Anual, e de acordo com as movimentações de créditos orçamentários e com a dotação inicial, verificou-se que esta foi alterada no valor de R\$ 7.814.594,45.

## **2. Da Execução Financeira**

Apontou-se para o fato de o TVDISP Consolidado não estar de fato consolidado, contrariando previsão da IN 34/2015 (Anexo I: A – Contas de Prefeito – TVDISP – Termo de Verificação de Disponibilidades Consolidado, conforme layout constante do Anexo II desta Instrução Normativa).

Entretanto, o referido relatório é um instrumento acessório, não causando prejuízo à análise das contas de governo, recomendando-se ao responsável que encaminhe, nas próximas prestações de contas, o TVDISP Consolidado, de acordo com o disposto no instrumento de regulamentação de remessa vigente à época do encaminhamento da Prestação de Contas (IN 34/2015, atualizada pela IN 40/2016).

## **3. Da Gestão Fiscal**

Consta que a Receita Corrente Líquida (RCL) do Município de Vargem Alta totalizou R\$ 55.009.470,85 no exercício de 2016, sendo 45,59% desse montante destinado às despesas com pessoal, observando assim os limites legal (54%) e prudencial (51,3%).

No tocante às despesas totais com pessoal, consolidando o Poder Executivo com o Poder Legislativo, constatou-se que essas despesas atingiram 47,85% em relação à RCL, respeitando os limites legal (60%) e prudencial (57%).

De acordo com os demonstrativos contábeis integrantes da Prestação de Contas Anual do Município, a dívida consolidada líquida representou 0,00% da receita

corrente líquida ao final do exercício em análise, observando, portanto, o limite previsto (120% da receita corrente líquida) e estando em conformidade com a legislação.

Ressalte-se que dos demonstrativos encaminhados, verificou-se não terem sido extrapolados os limites de contratação de operação de créditos previstos em Resolução 43/2001 do Senado Federal (16% e 7% Receita Corrente Líquida) e no artigo 167<sup>2</sup> da Constituição da República, bem como não houve concessão de garantias ou recebimento de contra garantias.

---

<sup>2</sup> Art. 167. São vedados:

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;
  - II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;
  - III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;
  - IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo; ([Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003](#));
  - V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;
  - VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;
  - VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados;
  - VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos, inclusive dos mencionados no art. 165, § 5º;
  - IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.
  - X - a transferência voluntária de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#))
  - XI - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, I, a, e II, para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998](#))
- § 1º Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- § 2º Os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- § 3º A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.
- § 4º É permitida a vinculação de receitas próprias geradas pelos impostos a que se referem os arts. 155 e 156, e dos recursos de que tratam os arts. 157, 158 e 159, I, a e b, e II, para a prestação de garantia ou contragarantia à União e para pagamento de débitos para com esta. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993](#))
- § 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra poderão ser admitidos, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem necessidade da prévia autorização legislativa prevista no inciso VI deste artigo. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015](#))

Quanto ao aumento de despesa com pessoal nos últimos 180 dias de mandato, há que se destacar não terem ocorrido evidências de descumprimento ao artigo 21, parágrafo único<sup>3</sup> da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por fim, constatou-se a inexistência de previsão para beneficiar instituições com renúncia de receita, de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do Município, aprovadas para o exercício em análise.

#### **4. Da Gestão da Saúde e da Educação**

Sob o aspecto da **gestão da educação**, determina a Constituição da República, que os municípios devem aplicar, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Da análise técnica desta Corte, verificou-se que o município, no exercício em análise, aplicou **26,04%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, cumprindo, assim, o mandamento constitucional.

No que se refere a destinação de recursos para pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício, constatou-se, com base na documentação que integra a prestação de contas anual, que o município destinou **66,05%** das receitas provenientes do Fundeb, foram destinadas ao pagamento desses profissionais. Verifica-se, portanto, que o município cumpriu com os limites mínimos constitucionais relacionados à educação.

No que tange a gestão da **saúde**, a Lei Complementar 141, que regulamentou o § 3º do art. 198 da Constituição da República, estabeleceu os valores mínimos a serem aplicados anualmente pelos Municípios em ações e serviços públicos de saúde; os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de

---

<sup>3</sup> Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:  
[...]

Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas de governo, dentre outras coisas.

Em relação à aplicação mínima de recursos, restou estabelecido, pelo artigo 7º, que os municípios e o Distrito Federal aplicarão anualmente em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo, 15% (quinze por cento) da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam o art. 158 e a alínea “b” do inciso I do caput e o § 3º do art. 159, todos da Constituição da República. Com base na documentação que integra a prestação de contas anual, a área técnica averiguou que o município, no exercício em análise, **aplicou 20,48%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, **em ações e serviços públicos de saúde**.

Ainda tratando da gestão da Saúde, temos a Lei Complementar 141/2012 que atribuiu aos Conselhos de Saúde a competência para avaliar, a cada quadrimestre, o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução daquela Lei Complementar nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das populações respectivas, encaminhando ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

Esta Corte, através da Instrução Normativa TC 34/2015, estabeleceu a obrigatoriedade de envio do Parecer do Conselho de Fiscalização sobre a prestação de contas dos recursos aplicados em ações e serviços públicos de saúde, na forma dos artigos 34 a 37 da referida Lei Complementar. Na presente prestação de contas, foi encaminhado o parecer do Conselho Municipal de Saúde, emitido sobre a prestação de contas relativa ao exercício em análise, e constatou-se que o colegiado concluiu pela aprovação das contas.

## **5. Das Irregularidades**

Passo então à detida análise das inconsistências apontadas pelo Corpo Técnico:

#### **4.1 Descumprimento de prazo envio da Prestação de Contas Anual (Item 2.1 do RT 63/2018-1).**

Base legal: Art. 122 e § 2º do art. 123, da Res. TC 261/2013.

Responsável: João Chrisóstomo Altoé.

Como mencionado anteriormente, o NCE constatou que o responsável encaminhou a presente Prestação de Contas no dia 13/04/2017, portanto, fora do prazo regimental que tem como limite o dia 31 de março do exercício seguinte, estabelecido pela Resolução TC 261/2013.

Em sua justificativa, o responsável alegou a existência de prazo mais extenso para o envio da Prestação de Contas Anual, constante do artigo 67, inciso IX<sup>4</sup> da Lei Orgânica do Município.

Aduziu ainda, que o prazo para entrega das remessas teria sido estendido, devido a problemas de verificação no sistema utilizado por esta Corte, não tendo agido deliberadamente por má-fé ou dolo.

Como verificou o Corpo Técnico em sua Instrução Técnica Conclusiva, a Lei Orgânica do Município de Vargem Alta estabelece de fato como limite para entrega da Prestação de Contas a data de 15 de abril.

Insta salientar que o artigo 139 da referida Resolução TC 261/2013 dispõe que o encaminhamento da Prestação de Contas em data diversa do limite estabelecido, só poderá ocorrer caso disposição legal ou regulamentar em contrário o determine, hipótese apresentada pelo responsável.

Dessa forma, **anuindo** ao opinamento técnico, entendo pelo **afastamento** desta irregularidade, por considerar que o responsável encaminhou a PCA dentro do prazo previsto na Lei Orgânica do Município.

---

<sup>4</sup> Compete ao prefeito Municipal, dentre outras atribuições:

[...]

IX - prestar à Câmara Municipal, até 15 de abril, as contas relativas ao exercício anterior, apresentando-as concomitantemente ao Tribunal de Contas do Estado;



**4.2 Abertura de créditos adicionais especiais em montante superior ao autorizado em lei (Item 4.1.1 do RT 63/2018-1).**

Base legal: Art. 165, § 8º, art. 167, V da Constituição Federal e arts 7º, 42 e 43 da Lei 4.320/64; Leis Municipais 1138/2016 e 1147/2016.

Responsável: João Bosco Dias.

Em análise feita pelo Corpo Técnico, verificou-se que foram abertos créditos especiais com base na Lei Municipal 1138/2016, num total de R\$ 705.733,66. Entretanto, a referida Lei teria autorizado em seu artigo 1º, a abertura de créditos especiais no total de R\$ 461.000,00.

Ademais, a Lei Municipal 1147/2016 teria autorizado a abertura de créditos especiais no montante de R\$ 313.585,63, enquanto no Demonstrativo de Créditos Adicionais – DEMCAD conta o registro da abertura de R\$ 356.994,73, além de R\$ 85.829,29 a título de créditos suplementares.

Alegou o responsável em sua justificativa que as referidas Leis Municipais 1138/2016 e 1147/2016 teriam sido alteradas pelas Leis Municipais 1188/2016 e 1173/2016, aumentando os valores autorizados à abertura de créditos adicionais especiais nos dois casos.

Esclareceu ainda que o montante de R\$ 85.829,29 a título de crédito suplementar foi aberto com autorização da LOA (Lei 1133/2015), uma vez que a autorização contida nesta Lei para abertura de créditos adicionais foi de R\$ 28.073.525,86, e a efetiva abertura foi de R\$ 20.963.927,62.

Após exame da defesa apresentada, o Núcleo de Controle Externo de Contabilidade e Economia – NCE entendeu em sua Instrução Técnica Conclusiva, assistir razão ao responsável, acolhendo as justificativas apresentadas.

Desta forma, acompanhando o posicionamento do Corpo Técnico, bem como considerando que as justificativas e documentos apresentados foram suficientes para esclarecer o presente apontamento, entendo por afastar o indicativo de irregularidade em análise.

**4.3 Apuração de déficit financeiro em diversas fontes de recursos evidenciando desequilíbrio das contas públicas (Item 4.3.1 do RT 63/2018-1).**

Base Normativa: artigo 1º, § 1º, c/c artigo 4º, inciso I, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/2000.

Responsável: João Bosco Dias.

Segundo o Núcleo de Controle Externo de Contabilidade e Economia – NCE, constatou-se déficit financeiro em diversas fontes, resultado do confronto entre ativo e passivo financeiros. A fonte “Recursos Ordinários” apresentou resultado positivo de R\$ 27.482.961,24, entretanto, desse montante R\$ 21.178.114,82 pertenceriam ao Instituto de Previdência Municipal, não sendo possível considerar tal valor como disponível para cobertura de déficit de outras fontes. Assim sendo, a fonte recursos ordinários não possui resultado positivo suficiente para a cobertura do déficit das fontes a seguir:

Fonte de Recursos	Resultado Financeiro (R\$)
MDE	- 3.273.406,42
FUNDEB (40%)	- 3.850.395,73
RECURSOS CONVÊNIOS DESTINADOS A EDUCAÇÃO	- 257.111,93
DEAMIS RECURSOS VINCULADOS A EDUCAÇÃO	- 240.922,77
RECURSOS DO SUS	- 3.881.709,72
RECURSOS CONVÊNIOS DESTINADOS A SAÚDE	- 491.734,41
RECURSOS DO FNAS	- 373.713,78
CONVÊNIOS DOS ESTADOS	- 207.945,48
ROYALTIES DO PETR[OLEO	- 702.856,34

Instado a se defender, o responsável afirmou existir divergência entre o resultado financeiro constante do RT 63/2018 e o resultado financeiro no Balanço Patrimonial – BALPAT, sendo o resultado financeiro positivo para cobertura de déficit dos Recursos Próprios, deduzido o valor dos recursos do Instituto de Previdência, suficiente para cobertura do déficit das demais fontes apontadas.

O NCE corrobora a argumentação trazida pelo responsável no tocante à incorreção dos valores apontados no RT 63/2018, não refletindo adequadamente os saldos evidenciados no Demonstrativo do superávit/déficit financeiro apurado, anexo ao Balanço Patrimonial.

Da análise do demonstrativo (BALPAT) encaminhado pelo responsável, o Corpo Técnico verificou que as fontes de recursos vinculados que apresentam déficit financeiro totalizam R\$ 16.347.942,84. A fonte “Recursos Ordinários” apresenta resultado positivo de R\$ 27.482.961,24, todavia, ao se excluir o valor pertencente ao Instituto de Previdência do Município (R\$ 21.178.114,82), o saldo de R\$ 6.304.846,42 se mostra insuficiente à cobertura das fontes com déficit financeiro.

Ante o exposto, **encampando** o posicionamento técnico, entendo pela **manutenção** da presente irregularidade, uma vez que o responsável não apresentou em sua apuração todas as fontes de recursos vinculados com déficit financeiro, além de considerar algumas fontes como saldo positivo, distorcendo a sua correta análise.

#### **4.4 Ausência de medidas legais para a instituição do Fundo Municipal de Saúde como Unidade Gestora (Item 6.1 do RT 63/2018-1).**

Base normativa: Art. 14 da Lei Complementar Federal 141/2012.

Responsável: João Bosco Dias.

O NCE observou que o Município não possui Fundo Municipal de Saúde instituído, como evidenciado pelos demonstrativos consolidados encaminhados na Prestação de Contas e pelos dados colhidos através das prestações de contas bimestrais no sistema CidadES.

O responsável asseverou que o Fundo Municipal de Saúde foi instituído pela Lei Municipal 893/2010, entretanto, sua manutenção contábil e administrativa na mesma unidade gestora da Prefeitura trouxe economicidade e eficácia, considerando a situação peculiar de Município de pequeno porte, com número reduzido de servidores.

Argumentou ainda que embora o Fundo não tenha sido instituído como unidade gestora, um sistema informatizado gerencia a aplicação dos recursos em saúde de forma estruturada, apurando as informações por unidade orçamentária, e gerando transparência.

Ao analisar a defesa apresentada, o NCE constatou que o referido Fundo foi instituído pela Lei 893 em 2010, e até o exercício de 2016 não foi adotada nenhuma medida para que ele funcionasse como unidade gestora autônoma.

Cabe ressaltar que quando do exame da PCA 2015 (Processo TC 4250/2016), a Equipe Técnica opinou pela manutenção do mesmo indicativo de irregularidade, entendimento acolhido pela Segunda Câmara, que determinou em Parecer Prévio 114/2017 que o gestor adotasse as medidas cabíveis para o cumprimento do artigo 14<sup>5</sup> da Lei Complementar Federal 141/2012.

Percebo, a despeito de ainda não ter sido cumprida a determinação desta Corte sobre o assunto, que não houve prejuízo à análise, sendo possível aferir o cumprimento do limite constitucional dos gastos com saúde, uma vez que o orçamento foi registrado contabilmente pela Secretaria Municipal de Saúde.

Por todo o exposto, **acompanhando** o opinamento técnico, entendo pelo **afastamento** do presente indicativo de irregularidade, devendo ser expedida determinação ao atual gestor, Sr. João Chrisóstomo Altoé.

#### **4.5 Despesas contraídas nos dois últimos quadrimestres de mandato sem suficiente disponibilidade de caixa para pagamento. (Item 7.4.1.1 do RT 63/2018-1).**

Base normativa: Art. 42 e 55 da LRF.

Responsável: João Bosco Dias.

Quanto a esta irregularidade, a área técnica constatou, conforme RT 0063/2018, que houve obrigações de despesa contraídas nos dois últimos quadrimestres do mandato com insuficiência de recursos financeiros para pagamento, em diversas fontes de recursos, infringindo o art. 42 da LRF.

Em suas justificativas, o Responsável sustenta que as despesas apuradas pela equipe técnica (apêndice G) sem disponibilidade suficiente para os respectivos

---

<sup>5</sup> Art. 14. O Fundo de Saúde, instituído por lei e mantido em funcionamento pela administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, constituir-se-á em unidade orçamentária e gestora dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde, ressalvados os recursos repassados diretamente às unidades vinculadas ao Ministério da Saúde.

pagamentos, são, em sua maioria, provenientes de contribuição previdenciária; transporte escolar; alimentação escolar; manutenção de veículos; tarifas de água, luz e telefone e outras de caráter continuado e necessárias para a manutenção de serviços essenciais. Por esta razão, estão relacionadas com as exceções dos pareceres consultas do TCEES 25/04, 03/05 e 12/2017, que validam se as despesas foram decorrentes de serviços essenciais, de caráter contínuo e outros que não devem ser computados para fins de apuração do art. 42 da Lei Complementar 101/2000, pugnando pelo afastamento da irregularidade.

Contudo, a equipe técnica frisou que a desconsideração das despesas de caráter contínuo, na aferição do cumprimento ou não do art. 42, não se harmoniza com o objetivo central da Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, não foram observados os procedimentos de inscrição em Restos a Pagar conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional e ratificados por esta Corte de Contas. Por fim, aponta também que foram identificadas despesas executadas no período vedado que não se caracterizam como despesas decorrentes de serviços essenciais e de caráter contínuo, mantendo, dessa forma, a irregularidade apontada.

O artigo 42 da LRF estabelece que nos 2 (dois) últimos quadrimestres do mandato é vedado ao gestor a contratação de obrigação sem a correspondente disponibilidade financeira, *in verbis*:

**“Art. 42.** É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito.

**Parágrafo único.** Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício. ”

A aplicação do art. 42 da LRF é complexa e foi exaustivamente debatida nesta Corte de Contas, especialmente porque durante um determinado período a interpretação desse artigo embarrou em alguns conceitos que ainda não estavam bem definidos e a forma de apuração dessa irregularidade também não estava adequadamente

delimitada. Existia, portanto, uma controvérsia sobre o referido artigo e que durante um tempo foram defendidas posições diferentes.

Esse fato levou a maioria do plenário a entender pela inaplicabilidade da irregularidade apontada como afronta ao art. 42 da LRF, nas prestações de contas do exercício de 2012, para garantir a segurança jurídica, conforme voto vogal proferido na 17ª Sessão Plenária, no dia 05/06/2018, pelo Conselheiro Sérgio Manoel Nader Borges e acompanhado pela maioria.

No entanto, estamos agora na análise das contas do ano de 2016, último ano do mandato dos prefeitos eleitos em 2012, e a situação mostra-se diferente, pois durante esse lapso temporal esta Corte estabeleceu as premissas necessárias para a interpretação do art. 42 da LRF e orientou seus jurisdicionados sobre tais premissas. Vejamos.

Em 2016 estavam plenamente em vigor as Consultas TC 25/04 e 03/05 e TC 012/2007 que tratam dessa matéria, também a IN 28/2013 que dispõe sobre a composição e a forma de envio das prestações de contas anuais dos Chefes dos Poderes até o exercício financeiro de 2016 e dava outras providências.

Vigoravam também normativos da Secretaria do Tesouro Nacional que abordaram de forma direta e clara a temática do art. 42 da LRF, como o Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) e a 6ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), aprovados pelas portarias STN nº. 553/2014 e portaria conjunta STN-SOF nº 01 de 10 de dezembro de 2014, bem como da Portaria 700/2014.

Além desse arcabouço normativo existente, no intuito de tornar mais acessível as informações e também mais didática para os jurisdicionados, os aspectos mais relevantes dessas normativas foram “condensados” em um “Manual de Encerramento de Mandato” editado por este Tribunal e que foi devidamente divulgado e distribuído para Prefeitos e equipes de diversos municípios capixabas

durante um evento promovido por esta Corte<sup>6</sup>, em 25 de setembro de 2015, que objetivava dar orientações para o último ano de mandato e preparar os gestores para o cumprimento da legislação, que fixa algumas regras específicas nesse o período. O citado manual ainda está disponível para consulta no site deste Tribunal<sup>7</sup>.

Tem-se, portanto, que por meio do “Manual de Encerramento de Mandato”, este Tribunal, de há muito, esclareceu as premissas concernente ao art. 42 da LRF, as quais servirão de base para a análise do cumprimento desse dispositivo no exercício de 2016, em especial as que abaixo destaco:

- Contrair obrigação de despesa não tem o mesmo significado que empenhar despesa. O empenho não cria obrigação, mas se considera contraída a obrigação no ‘momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere’.
- Em regra, as despesas devem ser executadas e pagas no exercício financeiro e extraordinariamente, podem ser cumpridas no exercício seguinte, desde que haja suficiente disponibilidade de caixa. Portanto, para cumprimento da regra do art. 42 da LRF, o ‘limite’ a ser observado é o de ‘disponibilidade de caixa’, considerados todos os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício, respeitando a ‘ordem cronológica das obrigações (Lei nº 8.666, de 1993, art. 5º e 92).
- A disponibilidade de caixa deve constar de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada, segregados por vinculação (LRF, art. 50, inciso I).

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.tce.es.gov.br/prefeitos-e-equipes-recebem-orientaes-sobre-final-de-mandato/>

<sup>7</sup>

Disponível em: <https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/manual-encerramento-de-mandato2015.pdf>

Além dessas premissas, existiam três pareceres consultas – TC 25/04 e 03/05 e TC 012/2007, que abordavam as situações que envolviam despesas contratadas de caráter essencial, emergencial e que dizem respeito a serviços de caráter contínuo e também obra plurianual contemplada no PPA e LDO durante os dois últimos quadrimestres do mandato, colocando tais situações como exceções à regra geral, ou a literalidade do art. 42 da LRF. Os referidos pareceres orientam que nessas situações cumpre ao administrador em final de gestão pagar apenas as parcelas da obrigação liquidadas até o dia 31 de dezembro do exercício. Nesses casos, a disponibilidade de caixa será afetada não pelo valor total da obra ou serviço contratado, mas pela parte ou fração do orçamento que corresponda à parte do cronograma orçamentário-financeiro do exercício.

Importante ressaltar que embora os pareceres consultas TC 25/04 e 03/05 tenham sido recentemente revogados pela Decisão Normativa TC 001/2018, de 29 de maio de 2018, eles estavam vigentes durante o exercício de 2016 e devem ser aplicados nos processos deste período.

Delineadas as diretrizes fixadas para análise do art. 42 da LRF para o ano de 2016, passo ao exame do presente caso concreto.

Noto que o responsável alegou que as despesas assumidas nos dois últimos quadrimestres do seu mandato sem disponibilidade financeira apuradas pelo Corpo Técnico estão relacionadas com as exceções dos pareceres consulta do TCEES 25/04<sup>8</sup>, 03/05<sup>9</sup> e 12/2017<sup>10</sup>, que validam se as despesas foram decorrentes de serviços essenciais, de caráter contínuo e outros que não devem ser computados para fins de apuração do art. 42 da Lei Complementar 101/2000.

Ao compulsar os documentos e justificativas apresentadas pelo responsável, o NCE aduziu que não foram observados os procedimentos de inscrição em Restos a Pagar conforme orientação da Secretaria do Tesouro Nacional e ratificados por esta Corte

<sup>8</sup> <https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/PC025-04-1-1.pdf>

<sup>9</sup> <https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/PC003-05.pdf>

<sup>10</sup> <https://www.tce.es.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/PC12-2017.pdf>



de Contas, o qual já foi demonstrado na planilha de aferição do cumprimento do artigo 42 da Lei Complementar 101/2000.

Constatou a Equipe Técnica ainda que:

... os cálculos efetuados pela área técnica, com base nos próprios demonstrativos encaminhados pelo responsável, demonstram que **as disponibilidades financeiras em 30/04 (R\$ 216.880,63) não eram suficientes para saldar os restos a pagar processados (R\$ 393.959,81) e não processados (R\$ 10.446,00) inscritos após 01/05/2016 na fonte de recursos Educação – Recursos Próprios.**

Além disso, verifica-se que, na fonte de recursos da **Educação – Outros Recursos**, em 30/04 já não havia disponibilidade líquida suficiente (R\$ - R\$ 79.532,66), para inscrição dos restos a pagar processados a partir de 01/05 no total de R\$ 65.308,76.

Da mesma forma, com relação aos **Recursos Não Vinculados**, constata-se que na data de 30/04 também não havia disponibilidade líquida suficiente (R\$ - 474.243,86) para pagamento dos restos a pagar processados inscritos após 01/05, no total de R\$ 423.400,01, e restos a pagar não processados no valor de R\$ 62.634,35.

Contrastando com as alegações da defesa, registre-se ainda que foram identificadas das seguintes despesas executadas no período vedativo:

Empenho	Data	Objeto	CNPJ/CPF contratado	Contrato	Valor R\$
1745/2016	12/05/2016	REFERENTE A SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA FORRÓ COUNTRY, POR OCASIÃO DE FESTA ESPORTIVA NA COMUNIDADE D	09.338.497/0001-27	105/2016	3.200,00
2047/2016	06/06/2016	REFERENTE A SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR RODRIGO ZANOL, POR OCASIÃO DE FESTA NA COMUNIDADE DE ESTAÇÃO	18.955.949/0001-00	Não informado	1.500,00
2063/2016	10/06/2016	REFERENTE A SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA CLEITON E CAROL, POR OCASIÃO DE FESTA NA COMUNIDADE DE JACIGU	15.080.051/0001-48	119/2016	7.000,00
3219/2016	23/09/2016	REFERENTE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA GABRIEL E EDVANDO, POR OCASIÃO DA 14ª FESTA ESPORTIVA, NA COMUM	11.389.760/0001-59	167/2016	7.000,00

3450/2016	30/09/2016	REFERENTE SHOW ARTÍSTICO COM A BANDA OS GAROTOS CAPIXABAS, POR OCASIÃO DE FESTA ESPORTIVA, NA COMUNI	21.658.147/0001-43	172/2016	3.000,00
2852/2016	12/08/2016	REFERENTE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA GABRIEL E EDVANDO, POR OCASIÃO DA 24ª FESTA DO TORNEIO DE FUTEB	11.389.760/0001-59	148/2016	7.000,00
2892/2016	19/08/2016	REFERENTE A SHOW ARTÍSTICO COM O CANTOR LEANDRO DA ROCHA MOZER, POR OCASIÃO DO 1º QUADRANGULAR BENEF	119.950.937-00	156/2016	1.200,00
3219/2016	23/06/2016	REFERENTE A FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS	39.327.556/0001-22		3.284,54

Observa-se que o Gestor busca justificar as obrigações assumidas no final do mandato sem disponibilidade financeira para cobri-las com base nos pareceres emitidos por esta Corte, já citados no presente voto.

Sobreleva esclarecer, entretanto, que os referidos pareceres consultas tinham como motivação resguardar, durante o último ano de mandato, a manutenção da administração pública, continuidade dos serviços públicos essenciais e também a conclusão de obras previstas em PPA já iniciadas, evitando prejuízos decorrentes da interrupção ou não conclusão de um grande empreendimento de construção.

A exceção estabelecida nos pareceres propiciava ao gestor condições necessárias para contratar os serviços essenciais e executar tais despesas durante o final de mandato sem onerar a execução do orçamento com as parcelas que ultrapassassem o exercício, de forma que gerasse um déficit ferindo o art. 42 da LRF. O intuito era equilibrar, não tornar o cumprimento do art. 42 da LRF uma sobrecarga que colocasse o gestor em situação comprometedoras quando se deparasse com a necessidade de realizar alguma contratação desse tipo durante os dois últimos quadrimestres do mandato.

No que se refere a adequada interpretação dos pareceres consultas, é importante relembrar que há algumas situações previstas no artigo 57 da Lei 8.666/1993, em que a duração do contrato pode ultrapassar a vigência dos respectivos créditos orçamentários (ou o exercício financeiro), sendo tais contratações exceção à regra geral concernente a vigência dos contratos administrativos.

Nessa situação, seguindo a imposição do art. 42 da LRF, ocorrendo uma contratação/assunção de obrigação de despesa que fosse ultrapassar o exercício financeiro, o gestor deve deixar disponibilidade financeira para cobrir integralmente a referida despesa.

Uma situação que pode exemplificar, é o caso de contratação de serviço de limpeza pública durante o último quadrimestre do mandato, cuja a duração do contrato se estendesse até o exercício subsequente. Seguindo a regra geral do art. 42 da LRF, deveria o gestor cobrir além da despesa executada ao longo do exercício em que foi firmado o contrato, deixar disponibilidade financeira suficiente para cobrir as despesas desse contrato que seriam executadas no exercício seguinte, ou seja, o valor correspondente ao total remanescente do contrato.

Pensando nessas situações, para não se colocar em risco a continuidade dos serviços públicos essenciais ou mesmo parar a máquina pública, buscou-se por meio dos pareceres consultas inserir tais situações como exceções à regra do art. 42 da LRF, dando aos gestores condições de efetuar essas contratações dentro das melhores condições, sem exigir suficiente disponibilidade de caixa para pagamento das parcelas vincendas, afastando necessidade de disponibilidade em caixa para cobrir os valores correspondentes a integralidade do contrato.

Observa-se, portanto, que é apenas os valores que excederiam o exercício financeiro que são colocados na exceção e não toda a despesa, sendo de responsabilidade do gestor efetuar o pagamento das despesas executadas no exercício, ou deixar disponibilidade financeira para cobrir tais despesas quando inscritas em restos a pagar.

Se assim não fosse, o entendimento deste tribunal estaria em dissonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, que preconiza a responsabilidade na gestão fiscal com

**ação planejada** e transparente, em que **se previnem riscos** e corrigem desvios **capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas**.

Em síntese de tudo que foi explanado nesta análise, a configuração de afronta ao artigo 42 da LRF exige (1º) que tenham sido contraídas despesas entre maio e dezembro do último ano de mandato; (2º) que tais despesas não tenham sido pagas dentro do exercício em que realizadas; ou (3º) que não se tenha deixado disponibilidade financeira para o pagamentos dos restos a pagar dessas despesas contraídas naqueles oito últimos meses de gestão, com exceção das situações previstas nos pareceres consultas, cuja a interpretação já foi elucidada no presente voto.

Sob esse prisma pontual, é que passo a verificar no presente processo, se restaram evidenciados todos os requisitos que configuram a ofensa ao artigo 42 da LRF, analisando especificamente cada fonte de recurso apontada pela equipe técnica.

Na fonte **“Educação – Recursos Próprios”**, evidencia um saldo negativo de disponibilidade financeiras líquida em 31/12/2016 de R\$ ( -187.525,18). Nota-se que há um saldo negativo no final do exercício, comprovando que não havia disponibilidade suficiente para cobrir os restos a pagar processados (R\$ 393.959,81) e não processados (R\$ 10.446,00), em dissonância com o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 1º e art. 55.

Para verificar se há registro de contratação de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato nessa fonte, analisei o Apêndice G, anexo ao Relatório Técnico 63/2018, que evidencia a listagem completa dos restos a pagar empenhados e liquidados no período vedado.

No referido Apêndice, observei que na fonte Educação – Recursos Próprios, foram listadas três despesas cujas contratações ocorreram antes do período vedado (decorrentes do Contrato n.º 050, assinado em 19/02/2016 e Contrato n.º 033, assinado em 05/02/2016), que fazem parte do cálculo para apuração da disponibilidade de caixa, mas entendo que não devem ser consideradas para fins do art. 42 a LRF, já que são despesas assumidas por meio de contrato anterior ao período a que se refere o aludido dispositivo.

Todavia, ainda que se exclua os citados contratos, observei que houve diversas contratações de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato nessa fonte, sem disponibilidade financeira para cobrir tais despesas. Há, dentre outras, despesas referentes a diárias e contribuições previdenciárias, que não emanam de instrumento contratual, considerando-se, nesses casos, a data do empenho para análise do art. 42 da LRF. Por essa razão, entendo que todos os requisitos para a configuração de ofensa ao artigo 42 da LRF restaram cumpridos.

Em relação a fonte **“Educação – Outros Recursos”** – havia um saldo negativo em 31/12/2016, valor de (-144.841,42), indicando que nessa fonte os restos a pagar também ficaram descobertos de disponibilidade financeira (afronta ao art.1º e art. 55 da LRF). Procedendo com a análise da listagem das despesas realizadas nessa fonte, Apêndice G, verifico, contudo, que não há registro nessa fonte de que houve contratação de despesa nos dois últimos quadrimestres do mandato, sendo especificados nessa fonte apenas contratos que foram assinados antes do período vedado (Contrato n.º 073, assinado em 10/03/2016; Contrato n.º 032, e Contrato n.º 033, ambos assinados em 05/02/2016). **Dessa forma, não restou configurada a infringência ao art. 42 da LRF em relação a essa fonte.**

Por fim, concernente a fonte **“Não Vinculadas”**, conforme apurado pela equipe técnica, havia em 31/12/2016 saldo de disponibilidade líquida negativo de (-1.441.765,09). Da análise do Apêndice G, a relação das despesas realizadas nessa fonte demonstra registro de contratações de despesas nos dois últimos quadrimestres do mandato, quando não havia disponibilidade financeira para cobrir essas despesas, não restando dúvidas quanto a configuração da infringência ao artigo 42 da LRF.

É importante frisar que a relação dos restos a pagar empenhados e liquidados no período vedado, consubstanciada no Apêndice G, anexo ao Relatório Técnico 63/2018, evidenciam de forma clara que as despesas contraídas sem disponibilidade financeira para cobri-las, não se enquadram nas situações especificadas como exceções nos pareceres consulta do TCEES 25/04, 03/05 e 12/2017, não cabendo acolhida para o que foi sustentado pelo Gestor.

Tal fato é facilmente constatado quando se observa que ocorreram diversas despesas com realização de shows musicais e eventos, cuja a natureza não reflete as exceções tratadas nos pareceres consulta. Além disso, a maior parte das despesas foram inscritas em restos a pagar processados, ou seja, despesas já executadas e liquidadas dentro do exercício, pendentes apenas de pagamento, não sendo, dessa forma, valores remanescentes de contratações de caráter essencial, emergencial e que dizem respeito a serviços de caráter contínuo e também obra plurianual contemplada no PPA e LDO, que excederam o ano, passando para o exercício seguinte quando ainda não foram executadas.

Nesse passo, após análise detidas das informações constantes no processo, entendo que houve cometimento da infração prevista no art. 42 da LRF, motivo pelo qual, **acompanho parcialmente** a área técnica e Ministério Público e **mantenho a presente irregularidade**.

Registro, oportunamente, que a transgressão ao artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF implica no crime tipificado no art. 359-C do Código Penal que foi introduzido pela Lei 10.028/2000, conhecida como a lei de crimes fiscais.

Diante disso, torna-se necessário que esta Corte de Contas encaminhe o fato para o Ministério Público Estadual para apurar a eventual prática de crime.

Muitos gestores têm alegado ausência de dolo e má-fé em sua conduta.

É importante dizer que mesmo em condutas culposas é cabível a emissão de Parecer Prévio pela Rejeição das Contas. O que pode afastar a rejeição no caso específico do art. 42 são as exceções previstas e definidas pela Corte de Contas.

Além disso, o Tribunal de Contas não tem instrumentos que possam atestar a conduta pessoal dos gestores no dia a dia, especialmente sobre a sua intenção ou não de praticar determinados atos considerados irregulares.

Entretanto, no processo penal, esta aferição da conduta pessoal do agente é necessária, especialmente porque o tipo penal do art. 359-C é de natureza dolosa, ou seja, somente será condenado pela referida conduta quem agir dolosamente e

isso será apurado pelos instrumentos que estão disponíveis para os órgãos responsáveis pela apuração, pelo patrocínio e pelo julgamento das ações penais, ou seja, a Polícia, o Ministério Público e o Poder Judiciário.

E como se chega à conclusão de que o crime do art. 359-C é doloso? Recorre-se ao Parágrafo Único do art. 18 do Código Penal, que prescreve o seguinte:

**Art. 18** - Diz-se o crime:

**Crime doloso**

I - doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo;

**Crime culposo**

II - culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

**Parágrafo único - Salvo os casos expressos em lei, ninguém pode ser punido por fato previsto como crime, senão quando o pratica dolosamente.**

Como no texto do tipo penal do art. 359-C não se menciona conduta culposa, o crime para ser configurado exige que a conduta seja dolosa.

A partir dessa análise podemos concluir que quem tiver as contas rejeitadas por infração ao art. 42 da LRF não estará automaticamente condenado criminalmente, mas o Tribunal de Contas está obrigado por dever de ofício comunicar aos órgãos responsáveis pela persecução penal para que apure os fatos.

O processo penal, como pode resultar em uma pena de restrição à liberdade, exige um grau mais apurado da culpabilidade pessoal do agente na conduta.

**4.6 Ausência de medidas administrativas que viabilizassem a emissão do parecer do controle interno sobre a prestação de contas anual (Item 10.1 do RT 63/2018-1).**

Base normativa: Arts. 135, § 4º e 138, § 3º do RITCEES; Art. 5º da Resolução TCEES nº 227/2011; Instrução Normativa TC nº 34/2015.

Responsável: João Bosco Dias.

Nos termos do RT 63/2018-1, o Núcleo de Controle Externo de Contabilidade e Economia – NCE averiguou não ter sido realizada análise da Prestação de Contas pelo Órgão Central de Controle Interno Municipal.

O responsável esclareceu que, utilizando de suas prerrogativas de Chefe do Poder Executivo Municipal, instaurou por meio do Decreto nº 3421/2016 (que dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2016) as medidas administrativas que viabilizassem a emissão do parecer pelo controle interno, bem como o envio de toda a PCA, e ainda o encerramento do mandato quanto à contabilização das despesas.

Argumentou também que não poderia ser responsabilizado no caso do controlador não receber os arquivos como informado, haja vista a previsão do artigo 12 do já mencionado Decreto nº 3421/2016, que previa que os casos especiais seriam decididos pela Secretaria de Finanças, conjuntamente com o Gabinete do Prefeito, sendo deles a responsabilidade pelas adoção das medidas.

Ao examinar a defesa apresentada, o NCE constatou que, de fato, o gestor responsável já não estaria mais à frente do Município, concluindo que o não envio dos documentos para análise do controle interno no prazo estabelecido não estaria mais sob sua responsabilidade.

Nessa senda, **anuindo** ao opinamento técnico, entendo por **afastar** o presente indicativo de irregularidade.

Ante todo o exposto, **acompanhando** parcialmente o entendimento da Área Técnica e Ministério Público de Contas, VOTO por que seja adotada a deliberação que ora submeto à apreciação deste Colegiado.

**DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER**

**Relator**



## 1. PARECER PRÉVIO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **RESOLVEM** os senhores conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em Sessão Colegiada, ante as razões expostas pelo Relator, em:

**1.1. Emitir PARECER PRÉVIO**, dirigido à Câmara Municipal de Vargem Alta, recomendado a **REJEIÇÃO** da prestação de contas anual do **Sr. João Bosco Dias**, Prefeito no exercício de 2016, nos termos do inciso III<sup>11</sup>, do artigo 132 do Regimento Interno deste Tribunal (Res. TCEES 261/2013) e inciso III<sup>12</sup>, do artigo 80, da Lei Orgânica (Lei Complementar 621/2012), tendo em vista a manutenção das seguintes irregularidades:

4.3 - APURAÇÃO DE DÉFICIT FINANCEIRO EM DIVERSAS FONTES DE RECURSOS EVIDENCIANDO DESEQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS (ITEM 4.3.1 DO RT 63/2018-1)

Inobservância ao artigo 1º, § 1º, c/c artigo 4º, inciso I, alínea “a”, da Lei Complementar nº 101/2000.

4.5 - DESPESAS CONTRAÍDAS NOS DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES DE MANDATO SEM SUFICIENTE DISPONIBILIDADE DE CAIXA PARA PAGAMENTO (ITEM 7.4.1.1 DO RT 63/2018-1)

Inobservância ao art. 42 da LRF

**1.2. DETERMINAR** ao atual Prefeito que adote as medidas necessárias para tornar o Fundo Municipal de Saúde uma unidade gestora, nos termos da Lei Complementar 141/2012;

**1.3. DETERMINAR** que seja encaminhada ao Ministério Público Estadual cópia do presente parecer prévio, para que possa tomar as medidas necessárias para apuração de eventual prática de crime, diante do descumprimento do art. 42 da LRF.

---

<sup>11</sup> Art. 132. A emissão do parecer prévio sobre as contas dos governos estadual ou municipal poderá ser:  
[...]

III - pela rejeição das contas, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

<sup>12</sup> Art. 80. A emissão do parecer prévio poderá ser:

[...]

III - pela rejeição das contas, quando comprovada grave infração à norma constitucional, legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.

**1.4. DETERMINAR** ao Poder Executivo Municipal que divulgue amplamente, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, a prestação de contas relativa ao exercício financeiro em questão e o respectivo Parecer Prévio, na forma do art. 48 da LRF;

**1.5. RECOMENDAR** ao atual gestor que observe as regras estabelecidas na DECISÃO NORMATIVA 001/2018, que fixa e ratifica critérios e orientações sobre a fiscalização das disposições do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), publicada no Diário Oficial de Contas em 30/05/2018;

**1.6. RECOMENDAR** ao responsável para que encaminhe, nas próximas prestações de contas, o TVDISP Consolidado, de acordo com o disposto no instrumento de regulamentação de remessa vigente à época do encaminhamento da Prestação de Contas (IN 34/2015, atualizada pela IN 40/2016).

**1.7. Dar ciência** ao interessado;

**1.8.** Após os trâmites regimentais, **arquivar** os autos.

**2.** Por maioria, nos termos do voto do relator, conselheiro Domingos Augusto Taufner. Parcialmente vencido o conselheiro João Luiz Cotta Lovatti que acompanhou integralmente o parecer técnico e ministerial.

**3.** Data da Sessão: 10/10/2018 - 35ª Sessão Ordinária da 2ª Câmara.

**4.** Especificação do quórum:

**4.1.** Conselheiros: Domingos Augusto Taufner (relator) e Rodrigo Coelho do Carmo.

**4.2.** Conselheiro substituto: João Luiz Cotta Lovatti (convocado)

CONSELHEIRO DOMINGOS AUGUSTO TAUFNER

**No exercício da presidência**

CONSELHEIRO RODRIGO COELHO DO CARMO

CONSELHEIRO SUBSTITUTO JOÃO LUIZ COTTA LOVATTI

**Convocado**

Fui presente:

PROCURADOR ESPECIAL DE CONTAS LUIS HENRIQUE ANASTÁCIO DA SILVA

**Em substituição ao procurador-geral**

**Lido na sessão do dia: 13/02/2018**

LUCIRLENE SANTOS RIBAS

**Secretária-adjunta das sessões**